



CÓD: SL-045JL-22  
7908433224396

**SEE-DF**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**  
**DO DISTRITO FEDERAL**

Carreira Magistério Público-  
Professor de Educação Básica: Educação Física

**EDITAL Nº 31, DE 30 DE JUNHO DE 2022**

## ***Língua Portuguesa***

1. Compreensão E Interpretação De Textos De Gêneros Variados. Reconhecimento De Tipos E Gêneros Textuais. . . . .	9
2. Domínio Da Ortografia Oficial . . . . .	22
3. Domínio Dos Mecanismos De Coesão Textual. Emprego De Elementos De Referência, Substituição E Repetição, De Conectores E De Outros Elementos De Sequenciação Textual . . . . .	23
4. Emprego De Tempos E Modos Verbais. Domínio Da Estrutura Morfossintática Do Período. Emprego Das Classes De Palavras . . . . .	24
5. Relações De Coordenação Entre Orações E Entre Termos Da Orção. Relações De Subordinação Entre Orações E Entre Termos Da Orção. . . . .	29
7. Emprego Dos Sinais De Pontuação . . . . .	31
8. Concordância Verbal E Nominal . . . . .	32
9. Regência Verbal E Nominal . . . . .	33
10. Emprego Do Sinal Indicativo De Crase . . . . .	33
11. Colocação Dos Pronomes Átonos . . . . .	34
12. Reescrita De Frases E Parágrafos Do Texto. Substituição De Palavras Ou De Trechos De Texto. Reorganização Da Estrutura De Orações E De Períodos Do Texto. Reescrita De Textos De Diferentes Gêneros E Níveis De Formalidade. . . . .	35
13. Significação Das Palavras . . . . .	36
14. Figuras De Linguagem. . . . .	37

## ***Uso De Tecnologia Na Educação E Informática Básica***

1. Segurança Da Informação (Noções De Vírus E Pragas Virtuais, Procedimentos De Backup). . . . .	51
2. Conhecimento Da Plataforma Google (Google Sala De Aula, Google Documentos, Google Planilha) . . . . .	53
3. Sistema Operacional E Ambiente Windows (Edição De Textos, Planilhas E Apresentações Em Ambiente Windows) . . . . .	62
4. Conceitos Básicos, Ferramentas, Aplicativos E Procedimentos De Internet . . . . .	81
5. Conceitos De Organização E De Gerenciamento De Informações, Arquivos, Pastas E Programas. . . . .	84

## ***Noções De Direito Administrativo***

1. Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios. . . . .	91
2. Organização administrativa do Estado. Administração direta e indireta. . . . .	94
3. Agentes públicos: espécies e classificação, poderes, deveres e prerrogativas, cargo, emprego e função públicos. . . . .	98
4. Poderes administrativos. . . . .	108
5. Atos administrativos: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação. . . . .	115
6. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo, controle judicial, controle legislativo. . . . .	125
7. Responsabilidade civil do Estado. . . . .	130
8. Lei Complementar nº 840/2011 e suas alterações (Título I – Das Disposições Preliminares. Título II – Dos Cargos Públicos e das Funções de Confiança. Título V – Dos Deveres. Título VI – Do Regime Disciplinar. Título VII – Dos Processos de Apuração de Infração Disciplinar). . . . .	134

## ***Conhecimentos Acerca Do Distrito Federal***

1. Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) . . . . .	151
2. (Lei Complementar Federal nº 94/1998 . . . . .	155

## ***Atualidades (Digital)***

1. Tópicos Atuais E Relevantes De Diversas Áreas, Tais Como Segurança, Transportes, Política, Economia, Sociedade, Educação, Saúde, Cultura, Tecnologia, Energia, Relações Internacionais, Desenvolvimento Sustentável E Ecologia. . . . .	157
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

## ***Temas Educacionais e Pedagógicos***

1. Planejamento e organização do trabalho pedagógico. Processo de planejamento. concepção, importância, dimensões e níveis. Planejamento participativo. Concepção, construção, acompanhamento e avaliação. Planejamento escolar. Planos da escola, do ensino e da aula . . . . .	159
2. Currículo: do proposto à prática . . . . .	164
3. Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação. . . . .	169
4. Educação para a diversidade, cidadania, educação em e para os direitos humanos . . . . .	173
5. educação a distância. . . . .	178
6. Educação integral . . . . .	179
7. Educação do Campo . . . . .	181
8. Educação de Jovens e Adultos . . . . .	182
9. Educação Ambiental . . . . .	184
10. Fundamentos legais da Educação Especial/Inclusiva e o Papel do Professor . . . . .	185
11. Educação/sociedade e prática escolar . . . . .	196
12. Tendências pedagógicas na prática escolar . . . . .	199
13. Didática e prática histórico-cultural. A didática na formação do professor . . . . .	202
14. Aspectos pedagógicos e sociais da prática educativa, segundo as tendências pedagógicas . . . . .	214
15. Processos de ensino e de aprendizagem . . . . .	216
16. Relação professor/aluno . . . . .	223
17. Compromisso social e ético do professor. . . . .	223
18. Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; estratégias pedagógicas e meios . . . . .	225
19. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade do conhecimento. . . . .	226
20. Avaliação escolar e suas implicações pedagógicas . . . . .	227
21. O papel político-pedagógico e organicidade do ensinar, aprender e pesquisar. Função histórico-cultural da escola. Escola. Comunidade escolar e contextos institucional e sociocultural. Projeto político-pedagógico da escola. Concepção, princípios e eixos norteadores . . . . .	229
22. Políticas Públicas para a Educação Básica. . . . .	242
23. Gestão Democrática . . . . .	248
24. Educação em Direitos Humanos (Educação indígena; Educação quilombola; Educação das relações étnico-raciais; Educação em gênero e diversidade) . . . . .	256

## ***Conhecimentos Específicos***

### ***Carreira Magistério Público - Professor de Educação Básica: Educação Física***

1. Histórico da Educação Física. . . . .	261
2. Educação Física enquanto linguagem. . . . .	267
3. Construindo competências e habilidades em Educação Física. . . . .	271
4. Avaliação em Educação Física. . . . .	276
5. Educação Física e sociedade. . . . .	277
6. Fundamentos didático-pedagógicos da Educação Física. . . . .	280
7. Atividade física e saúde. . . . .	281
8. Crescimento e desenvolvimento. Aspectos da aprendizagem motora. . . . .	282
9. Aspectos sócio-históricos da Educação Física. . . . .	311
10. Política educacional e Educação Física. . . . .	312
11. Cultura e Educação Física. . . . .	312
12. Aspectos da competição e cooperação no cenário escolar. . . . .	312
13. Práticas Corporais. . . . .	313
14. Cultura corporal e cultura corporal do movimento. . . . .	313
15. Competências e Habilidades do Currículo do Distrito Federal para o componente curricular de Educação Física no Ensino Fundamental e Médio e para a área de Linguagens e suas tecnologias no Ensino Médio. . . . .	315
16. Competências e Habilidades da BNCC para Educação Física. . . . .	315
17. Questões relacionadas ao processo de ensino e de aprendizagem de Educação Física. . . . .	321

## Material Digital

### Legislação

1. Constituição Federal de 1988 (artigos de 205 a 214). . . . .	3
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal nº 9.394/1996 e suas alterações (Título I até Título IX). . . . .	6
3. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069/1990 e suas alterações (Título I – Das Disposições Preliminares. Título II – Dos Direitos Fundamentais. Título IV – Das Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável. Título V – Do Conselho Tutelar). . . . .	20
4. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei Federal nº 13.146/2015 e suas alterações (Título II – Dos Direitos Fundamentais. Capítulo IV – Do Direito à Educação). . . . .	44
5. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – Resolução CNE/CEB nº 5/2009. . . . .	45
6. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos – Resolução CNE-CEB nº 7/2010. . . . .	48
7. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Resolução CNE/CEB nº 3/2018. . . . .	55
8. Diretrizes operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Educação de Jovens e Adultos a Distância – Resolução CNE/CEB nº 1/2021. . . . .	63
9. Lei nº 13.415/2017 – Reforma do Ensino Médio. . . . .	66
10. Lei Orgânica do Distrito Federal (Título I – Dos Fundamentos da Organização dos Poderes e do Distrito Federal. Título II – Da Organização do Distrito Federal. Título III – Da Organização dos Poderes. Título VI – Da Ordem Social e do meio ambiente). . . . .	69
11. Resolução nº 2/2020-CEDF. . . . .	102
12. Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal – Portaria nº 15, de 11 de fevereiro de 2015 e suas alterações. . . . .	102
13. Plano Distrital de Educação (PDE 2015- 2024). . . . .	102
14. Currículo em Movimento da Educação Básica – Pressupostos Teóricos. . . . .	121
15. II Plano Distrital de Política para Mulheres. . . . .	121
16. Lei nº 5.105/2013 (para cargos da carreira Magistério Público). . . . .	126
17. Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). . . . .	131

#### Atenção

- Para estudar o Conteúdo Digital Complementar e Exclusivo acesse sua “Área do Cliente” em nosso site.

<https://www.editorasolucao.com.br/retificacoes>

## IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS

### Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

### Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

### Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro "Memórias Póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem sucesso. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

### Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um efeito de sentido que ocorre nos textos literários quando o leitor, a audiência, tem mais informações do que tem um personagem sobre os eventos da narrativa e sobre intenções de outros personagens. É um recurso usado para aprofundar os significados ocultos em diálogos e ações e que, quando captado pelo leitor, gera um clima de suspense, tragédia ou mesmo comédia, visto que um personagem é posto em situações que geram conflitos e mal-entendidos porque ele mesmo não tem ciência do todo da narrativa.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

### Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



## ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

#### Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

#### Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

#### Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

#### Gêneros Discursivos

**Romance:** descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.

**Conto:** obra de ficção onde é criado seres e locais totalmente imaginário. Com linguagem linear e curta, envolve poucas personagens, que geralmente se movimentam em torno de uma única ação, dada em um só espaço, eixo temático e conflito. Suas ações encaminham-se diretamente para um desfecho.

**Novela:** muito parecida com o conto e o romance, diferenciado por sua extensão. Ela fica entre o conto e o romance, e tem a história principal, mas também tem várias histórias secundárias. O tempo na novela é baseada no calendário. O tempo e local são definidos pelas histórias dos personagens. A história (enredo) tem um ritmo mais acelerado do que a do romance por ter um texto mais curto.

**Crônica:** texto que narra o cotidiano das pessoas, situações que nós mesmos já vivemos e normalmente é utilizado a ironia para mostrar um outro lado da mesma história. Na crônica o tempo não é relevante e quando é citado, geralmente são pequenos intervalos como horas ou mesmo minutos.

**Poesia:** apresenta um trabalho voltado para o estudo da linguagem, fazendo-o de maneira particular, refletindo o momento, a vida dos homens através de figuras que possibilitam a criação de imagens.

**Editorial:** texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

**Entrevista:** texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

**Cantiga de roda:** gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

**Receita:** texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

#### DISTINÇÃO DE FATO E OPINIÃO SOBRE ESSE FATO

##### Fato

O fato é algo que aconteceu ou está acontecendo. A existência do fato pode ser constatada de modo indiscutível. O fato pode ser uma coisa que aconteceu e pode ser comprovado de alguma maneira, através de algum documento, números, vídeo ou registro.

Exemplo de fato:

A mãe foi viajar.

##### Interpretação

É o ato de dar sentido ao fato, de entendê-lo. Interpretamos quando relacionamos fatos, os comparamos, buscamos suas causas, previmos suas consequências.

Entre o fato e sua interpretação há uma relação lógica: se apontamos uma causa ou consequência, é necessário que seja plausível. Se comparamos fatos, é preciso que suas semelhanças ou diferenças sejam detectáveis.

Outro jeito de contaminar é através de dispositivos de armazenamento móveis como HD externo e pen drive. Nestes casos devem acionar o antivírus para fazer uma verificação antes.

Existem diversas opções confiáveis, tanto gratuitas quanto pagas. Entre as principais estão:

- Avast;
- AVG;
- Norton;
- Avira;
- Kaspersky;
- McAfee.

#### Filtro anti-spam

Spam é o termo usado para referir-se aos e-mails não solicitados, que geralmente são enviados para um grande número de pessoas.

Spam zombies são computadores de usuários finais que foram comprometidos por códigos maliciosos em geral, como worms, bots, vírus e cavalos de tróia. Estes códigos maliciosos, uma vez instalados, permitem que spammers utilizem a máquina para o envio de spam, sem o conhecimento do usuário. Enquanto utilizam máquinas comprometidas para executar suas atividades, dificultam a identificação da origem do spam e dos autores também. Os spam zombies são muito explorados pelos spammers, por proporcionar o anonimato que tanto os protege.

Estes filtros são responsáveis por evitar que mensagens indesejadas cheguem até a sua caixa de entrada no e-mail.

#### Anti-malwares

Ferramentas anti-malware são aquelas que procuram detectar e, então, anular ou remover os códigos maliciosos de um computador. Antivírus, anti-spyware, anti-rootkit e anti-trojan são exemplos de ferramentas deste tipo.

### PROCEDIMENTOS DE BACKUP

Backup é uma cópia de segurança que você faz em outro dispositivo de armazenamento como HD externo, armazenamento na nuvem ou pen drive por exemplo, para caso você perca os dados originais de sua máquina devido a vírus, dados corrompidos ou outros motivos e assim possa restaurá-los (recuperá-los)<sup>3</sup>.

Backups são extremamente importantes, pois permitem<sup>4</sup>:

- **Proteção de dados:** você pode preservar seus dados para que sejam recuperados em situações como falha de disco rígido, atualização malsucedida do sistema operacional, exclusão ou substituição acidental de arquivos, ação de códigos maliciosos/atacantes e furto/perda de dispositivos.

- **Recuperação de versões:** você pode recuperar uma versão antiga de um arquivo alterado, como uma parte excluída de um texto editado ou a imagem original de uma foto manipulada.

Muitos sistemas operacionais já possuem ferramentas de backup e recuperação integradas e também há a opção de instalar programas externos. Na maioria dos casos, ao usar estas ferramentas, basta que você tome algumas decisões, como:

- **Onde gravar os backups:** podem ser usadas mídias (como CD, DVD, pen-drive, disco de Blu-ray e disco rígido interno ou externo) ou armazená-los remotamente (on-line ou off-site). A escolha depende do programa de backup que está sendo usa-

<sup>3</sup> <https://centraldefavoritos.com.br/2017/07/02/procedimentos-de-backup/>

<sup>4</sup> <https://cartilha.cert.br/mecanismos/>

do e de questões como capacidade de armazenamento, custo e confiabilidade. Um CD, DVD ou Blu-ray pode bastar para pequenas quantidades de dados, um pen-drive pode ser indicado para dados constantemente modificados, ao passo que um disco rígido pode ser usado para grandes volumes que devam perdurar.

- **Quais arquivos copiar:** apenas arquivos confiáveis e que tenham importância para você devem ser copiados. Arquivos de programas que podem ser reinstalados, geralmente, não precisam ser copiados. Fazer cópia de arquivos desnecessários pode ocupar espaço inutilmente e dificultar a localização dos demais dados. Muitos programas de backup já possuem listas de arquivos e diretórios recomendados, podendo optar por aceitá-las ou criar suas próprias listas.

- **Com que periodicidade realizar:** depende da frequência com que os arquivos são criados ou modificados. Arquivos frequentemente modificados podem ser copiados diariamente ao passo que aqueles pouco alterados podem ser copiados semanalmente ou mensalmente.

#### Tipos de backup

- **Backups completos (normal):** cópias de todos os arquivos, independente de backups anteriores. Conforma a quantidade de dados ele pode ser é um backup demorado. Ele marca os arquivos copiados.

- **Backups incrementais:** é uma cópia dos dados criados e alterados desde o último backup completo (normal) ou incremental, ou seja, cópia dos novos arquivos criados. Por ser mais rápidos e ocupar menos espaço no disco ele tem maior frequência de backup. Ele marca os arquivos copiados.

- **Backups diferenciais:** da mesma forma que o backup incremental, o backup diferencial só copia arquivos criados ou alterados desde o último backup completo (normal), mas isso pode variar em diferentes programas de backup. Juntos, um backup completo e um backup diferencial incluem todos os arquivos no computador, alterados e inalterados. No entanto, a diferença deste para o incremental é que cada backup diferencial mapeia as modificações em relação ao último backup completo. Ele é mais seguro na manipulação de dados. Ele não marca os arquivos copiados.

- **Arquivamento:** você pode copiar ou mover dados que deseja ou que precisa guardar, mas que não são necessários no seu dia a dia e que raramente são alterados.

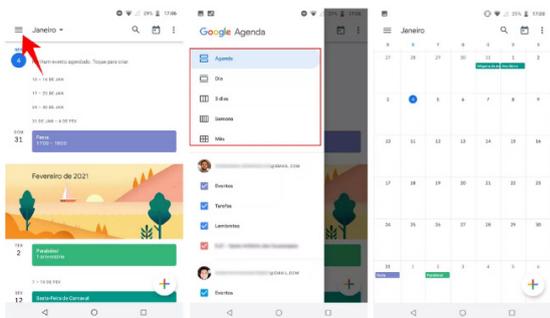
**CONHECIMENTO DA PLATAFORMA GOOGLE (GOOGLE SALA DE AULA, GOOGLE DOCUMENTOS, GOOGLE PLANILHA)**

#### GOOGLE AGENDA

O Google Agenda é um app para organizar o dia que está disponível para celulares Android e iPhone (iOS). O aplicativo exibe um calendário com toda a rotina do usuário, e permite adicionar eventos importantes, lembretes de afazeres, e atividades desejadas. Além disso, é possível sincronizar calendários de várias contas Google ao app de organização, para controlar diferentes atividades no mesmo ambiente.

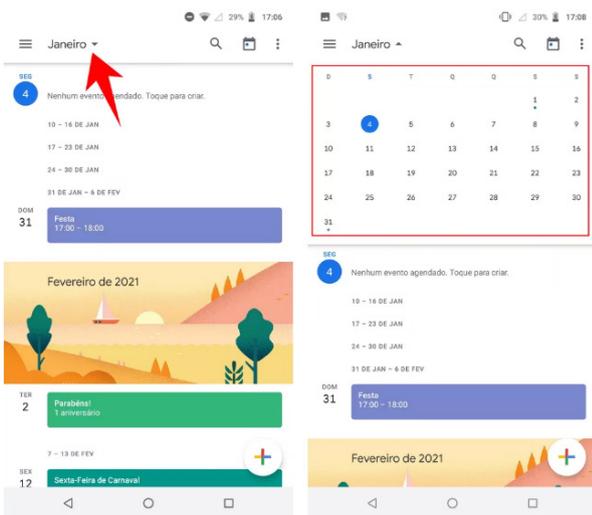
**Como usar o Google Agenda**

**Passo 1.** Abra o Google Agenda e toque nas três listras horizontais do canto superior esquerdo. Então, selecione a melhor forma de visualizar os dias, entre as opções “Agenda”, que mostra as próximas tarefas, ou “Dia”, “3 dias”, “Semana” e “Mês”, que exibem um calendário com a respectiva quantidade de dias na tela;



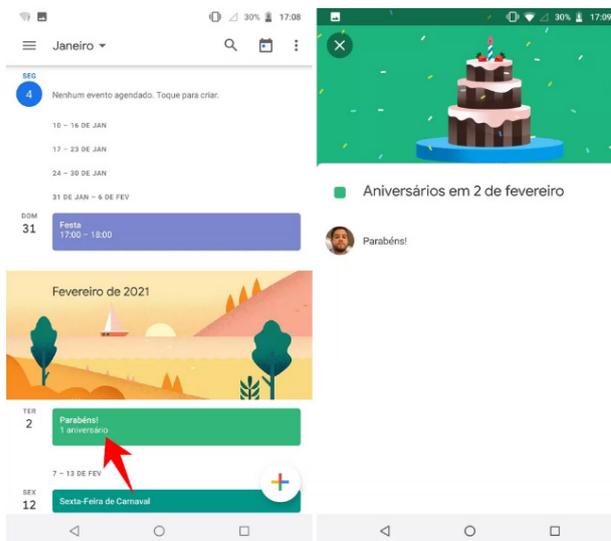
Google Agenda é um aplicativo para organizar tarefas — Foto: Reprodução/Rodrigo Fernandes

**Passo 2.** Toque no mês do menu superior para navegar entre outros meses;



É possível navegar por todos os meses do ano — Foto: Reprodução/Rodrigo Fernandes

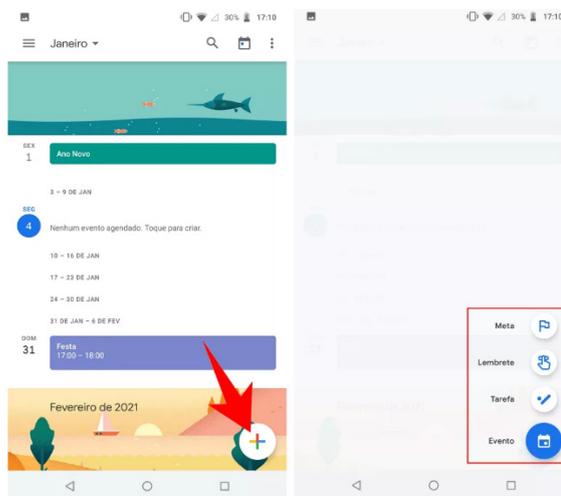
**Passo 3.** Toque em um evento para ver seus detalhes.



Veja detalhes dos eventos no Google Agenda — Foto: Reprodução/Rodrigo Fernandes

**Como criar um evento, meta ou lembrete no Google Agenda app**

**Passo 1.** Toque no ícone de “+”, no canto inferior direito da tela, e selecione se deseja criar uma meta, lembrete, tarefa ou evento;



Atalho permite criar eventos e tarefas rapidamente no Google Agenda — Foto: Reprodução/Rodrigo Fernandes

Existem funções na Administração Pública que são exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes da Administração que são subdivididas em três grupos: fomento, polícia administrativa e serviço público.

Para melhor compreensão e conhecimento, detalharemos cada uma das funções. Vejamos:

**a. Fomento:** É a atividade administrativa incentivadora do desenvolvimento dos entes e pessoas que exercem funções de utilidade ou de interesse público.

**b. Polícia administrativa:** É a atividade de polícia administrativa. São os atos da Administração que limitam interesses individuais em prol do interesse coletivo.

**c. Serviço público:** resume-se em toda atividade que a Administração Pública executa, de forma direta ou indireta, para satisfazer os anseios e as necessidades coletivas do povo, sob o regime jurídico e com predominância pública. O serviço público também regula a atividade permanente de edição de atos normativos e concretos sobre atividades públicas e privadas, de forma implementativa de políticas de governo.

A finalidade de todas essas funções é executar as políticas de governo e desempenhar a função administrativa em favor do interesse público, dentre outros atributos essenciais ao bom andamento da Administração Pública como um todo com o incentivo das atividades privadas de interesse social, visando sempre o interesse público.

A Administração Pública também possui elementos que a compõe, são eles: as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado por delegação, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa estatal.

— Observação importante:

Pessoas jurídicas de direito público são entidades estatais acoopladas ao **Estado**, exercendo finalidades de interesse imediato da coletividade. Em se tratando do direito público externo, possuem a personalidade jurídica de direito público cometida à diversas nações estrangeiras, como à Santa Sé, bem como a organismos internacionais como a ONU, OEA, UNESCO.(art. 42 do CC).

No direito público interno encontra-se, no âmbito da administração direta, que cuida-se da Nação brasileira: União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios (art. 41, incs. I, II e III, do CC).

No âmbito do direito público interno encontram-se, no campo da administração indireta, as autarquias e associações públicas (art. 41, inc. IV, do CC). Posto que as associações públicas, pessoas jurídicas de direito público interno dispostas no inc. IV do art. 41 do CC, pela Lei n.º 11.107/2005,7 foram sancionadas para auxiliar ao consórcio público a ser firmado entre entes públicos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal).

### Princípios da administração pública

De acordo com o administrativista Alexandre Mazza (2017), princípios são regras condensadoras dos valores fundamentais de um sistema. Sua função é informar e materializar o ordenamento jurídico bem como o modo de atuação dos aplicadores e intérpretes do direito, sendo que a atribuição de informar decorre do fato de que os princípios possuem um núcleo de valor essencial da ordem jurídica, ao passo que a atribuição de enformar é denotada pelos contornos que conferem à determinada seara jurídica.

Desta forma, o administrativista atribui dupla aplicabilidade aos princípios da **função hermenêutica** e da **função integrativa**.

Referente à função hermenêutica, os princípios são amplamente responsáveis por explicitar o conteúdo dos demais parâmetros legais, isso se os mesmos se apresentarem obscuros no ato de tutela dos casos concretos. Por meio da função integrativa, por sua vez, os princípios cumprem a tarefa de suprir eventuais lacunas legais observadas em matérias específicas ou diante das particularidades que permeiam a aplicação das normas aos casos existentes.

Os princípios colocam em prática as função hermenêuticas e integrativas, bem como cumprem o papel de esboçar os dispositivos legais disseminados que compõe a seara do Direito Administrativo, dando-lhe unicidade e coerência.

Além disso, os princípios do Direito Administrativo podem ser expressos e positivados escritos na lei, ou ainda, implícitos, não positivados e não escritos na lei de forma expressa.

— Observação importante:

**Não existe hierarquia entre os princípios expressos e implícitos.** Comprova tal afirmação, o fato de que os dois princípios que dão forma o **Regime Jurídico Administrativo**, são meramente implícitos.

**Regime Jurídico Administrativo:** é composto por todos os princípios e demais dispositivos legais que formam o Direito Administrativo. As diretrizes desse regime são lançadas por dois princípios centrais, ou supraprincípios que são a Supremacia do Interesse Público e a Indisponibilidade do Interesse Público.

<b>SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO</b>	Conclama a necessidade da sobreposição dos interesses da coletividade sobre os individuais.
<b>INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO</b>	Sua principal função é orientar a atuação dos agentes públicos para que atuem em nome e em prol dos interesses da Administração Pública.

Ademais, tendo o agente público usufruído das prerrogativas de atuação conferidas pela supremacia do interesse público, a indisponibilidade do interesse público, com o fito de impedir que tais prerrogativas sejam utilizadas para a consecução de interesses privados, termina por colocar limitações aos agentes públicos no campo de sua atuação, como por exemplo, a necessidade de aprovação em concurso público para o provimento dos cargos públicos.

### Princípios Administrativos

Nos parâmetros do art. 37, *caput* da Constituição Federal, a Administração Pública deverá obedecer aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejamos:

— **Princípio da Legalidade:** Esse princípio no Direito Administrativo, apresenta um significado diverso do que apresenta no Direito Privado. No Direito Privado, toda e qualquer conduta do indivíduo que não esteja proibida em lei e que não esteja contrária à lei, é considerada legal. O termo legalidade para o Direito Administrativo, significa subordinação à lei, o que faz com que o administrador deva atuar somente no instante e da forma que a lei permitir.

— Observação importante: O princípio da legalidade considera a lei em sentido amplo. Nesse diapasão, compreende-se como lei, toda e qualquer espécie normativa expressamente disposta pelo art. 59 da Constituição Federal.

– **Princípio da Impessoalidade:** Deve ser analisado sob duas óticas:

a) Sob a ótica da atuação da Administração Pública em relação aos administrados: Em sua atuação, deve o administrador pautar na não discriminação e na não concessão de privilégios àqueles que o ato atingirá. Sua atuação deverá estar baseada na neutralidade e na objetividade.

b) Em relação à sua própria atuação, administrador deve executar atos de forma impessoal, como dispõe e exige o parágrafo primeiro do art. 37 da CF/88 ao afirmar que: “A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.”

– **Princípio da Moralidade:** Dispõe que a atuação administrativa deve ser totalmente pautada nos princípios da ética, honestidade, probidade e boa-fé. Esse princípio está conexo à não corrupção na Administração Pública.

O princípio da moralidade exige que o administrador tenha conduta pautada de acordo com a ética, com o bom senso, bons costumes e com a honestidade. O ato administrativo terá que obedecer a Lei, bem como a ética da própria instituição em que o agente atua. Entretanto, não é suficiente que o ato seja praticado apenas nos parâmetros da Lei, devendo, ainda, obedecer à moralidade.

– **Princípio da Publicidade:** Trata-se de um mecanismo de controle dos atos administrativos por meio da sociedade. A publicidade está associada à prestação de satisfação e informação da atuação pública aos administrados. Via de regra é que a atuação da Administração seja pública, tornando assim, possível o controle da sociedade sobre os seus atos.

Ocorre que, no entanto, o princípio em estudo não é absoluto. Isso ocorre pelo fato deste acabar por admitir exceções previstas em lei. Assim, em situações nas quais, por exemplo, devam ser preservadas a segurança nacional, relevante interesse coletivo e intimidade, honra e vida privada, o princípio da publicidade deverá ser afastado.

Sendo a publicidade requisito de eficácia dos atos administrativos que se voltam para a sociedade, pondera-se que os mesmos não poderão produzir efeitos enquanto não forem publicados.

– **Princípio da Eficiência:** A atividade administrativa deverá ser exercida com presteza, perfeição, rendimento, qualidade e economicidade. Anteriormente era um princípio implícito, porém, hodiernamente, foi acrescentado, de forma expressa, na CFB/88, com a EC n. 19/1998.

São decorrentes do princípio da eficiência:

a. A possibilidade de ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira de órgãos, bem como de entidades administrativas, desde que haja a celebração de contrato de gestão.

b. A real exigência de avaliação por meio de comissão especial para a aquisição da estabilidade do servidor Efetivo, nos termos do art. 41, § 4º da CFB/88.

## ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO. ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

### Administração direta e indireta

A princípio, infere-se que Administração Direta é correspondente aos órgãos que compõem a estrutura das pessoas federativas que executam a atividade administrativa de maneira centralizada. O vocábulo “Administração Direta” possui sentido abrangente vindo a compreender todos os órgãos e agentes dos entes federados, tanto os que fazem parte do Poder Executivo, do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário, que são os responsáveis por praticar a atividade administrativa de maneira centralizada.

Já a Administração Indireta, é equivalente às pessoas jurídicas criadas pelos entes federados, que possuem ligação com as Administrações Diretas, cujo fulcro é praticar a função administrativa de maneira descentralizada.

Tendo o Estado a convicção de que atividades podem ser exercidas de forma mais eficaz por entidade autônoma e com personalidade jurídica própria, o Estado transfere tais atribuições a particulares e, ainda pode criar outras pessoas jurídicas, de direito público ou de direito privado para esta finalidade. Optando pela segunda opção, as novas entidades passarão a compor a Administração Indireta do ente que as criou e, por possuírem como destino a execução especializada de certas atividades, são consideradas como sendo manifestação da descentralização por serviço, funcional ou técnica, de modo geral.

### Desconcentração e Descentralização

Consiste a desconcentração administrativa na distribuição interna de competências, na esfera da mesma pessoa jurídica. Assim sendo, na desconcentração administrativa, o trabalho é distribuído entre os órgãos que integram a mesma instituição, fato que ocorre de forma diferente na descentralização administrativa, que impõe a distribuição de competência para outra pessoa, física ou jurídica.

Ocorre a desconcentração administrativa tanto na administração direta como na administração indireta de todos os entes federativos do Estado. Pode-se citar a título de exemplo de desconcentração administrativa no âmbito da Administração Direta da União, os vários ministérios e a Casa Civil da Presidência da República; em âmbito estadual, o Ministério Público e as secretarias estaduais, dentre outros; no âmbito municipal, as secretarias municipais e as câmaras municipais; na administração indireta federal, as várias agências do Banco do Brasil que são sociedade de economia mista, ou do INSS com localização em todos os Estados da Federação.

Ocorre que a desconcentração enseja a existência de vários órgãos, sejam eles órgãos da Administração Direta ou das pessoas jurídicas da Administração Indireta, e devido ao fato desses órgãos estarem dispostos de forma interna, segundo uma relação de subordinação de hierarquia, entende-se que a desconcentração administrativa está diretamente relacionada ao princípio da hierarquia.

Registra-se que na descentralização administrativa, ao invés de executar suas atividades administrativas por si mesmo, o Estado transfere a execução dessas atividades para particulares e, ainda a outras pessoas jurídicas, de direito público ou privado.

Explicita-se que, mesmo que o ente que se encontra distribuindo suas atribuições e detenha controle sobre as atividades ou serviços transferidos, não existe relação de hierarquia entre a pessoa que transfere e a que acolhe as atribuições.

de educação) com as aprendizagens dos conteúdos programáticos e as atividades que o professor pretende desenvolver na sua aula, devemos elaborar os objetivos gerais e os específicos.

O objetivo geral expressa propósitos mais amplos acerca da função da educação, da escola, do ensino, considerando as exigências sociais, do desenvolvimento da personalidade ou do desenvolvimento profissional dos alunos. Podemos pontuar os seguintes objetivos gerais que orientam a prática dos professores:

- A educação escolar deve possibilitar a compreensão do mundo e os conteúdos de ensino; instrumentalizar culturalmente os professores e os alunos para o exercício consciente da cidadania;

- A escola deve garantir o acesso e a qualidade do ensino a todos, garantindo o desenvolvimento das capacidades físicas, mentais, emocionais dos professores e alunos;

- A educação escolar deve formar a capacidade crítica e criativa dos conteúdos das matérias de ensino. Sob a responsabilidade do professor os alunos desenvolverão o raciocínio investigativo e de reflexão;

- O percurso de escolarização visa atender à formação da qualidade de vida humana. Professores e alunos deverão desenvolver uma atitude ética frente ao trabalho, aos estudos, à natureza etc.

O objetivo específico expressa as expectativas do professor sobre o que deseja obter dos alunos no processo de ensino. Ao iniciar o planejamento, o professor deve analisar e prever quais resultados ele pretende obter, com relação à aprendizagem dos alunos. Esta aprendizagem pode ser da ordem dos conhecimentos, habilidades e hábitos, atitudes e convicções, envolvendo aspectos cognitivo, afetivo, social e motor.

Os objetivos específicos devem estar vinculados aos objetivos gerais, e retratar a realidade concreta da escola, do ensino e dos alunos. Correspondem às aprendizagens de conteúdos, atitudes e comportamentos.

#### *Seleção e organização dos conteúdos escolares*

Os estudos da Didática contribuem com o professor, oferecendo possibilidades de escolher o que ensinar, para que o aluno aprenda e descubra como aprendeu. Essa é uma habilidade que requer conhecimento e um compromisso com a realidade do aluno. Neste sentido, o professor deve ter conhecimento do presente e perspectivas de futuro, tanto pessoal como dos alunos. Em hipótese alguma o professor pode se basear na ideia de que deve somente ensinar o que lhe ensinaram. É neste sentido, que o Curso de Graduação em Licenciatura: Pedagogia, Matemática, Geografia etc. é reconhecido como a formação inicial do professor. Para permanecer planejando o ensino atualizado, contemporâneo e coerente com seus alunos, faz-se necessária a continuação dos estudos através da formação continuada.

Quando explico sobre o que ensinar, faço referência aos conteúdos de ensino. A seleção dos conteúdos que farão parte do ensino é uma tomada de decisão carregada de intencionalidades. É da responsabilidade do professor escolher os conteúdos que desenvolverão aprendizagens nos alunos para que estes expliquem a realidade conscientemente. Deve-se ensinar o que é significativo sobre o mundo, a vida, a experiência existencial, as possibilidades de mudança, o trabalho, o passado, o presente e o futuro do homem (MARTINS, 1995.)

Veja o que escreve o professor Libâneo sobre os conteúdos de ensino: Conteúdos de ensino são o conjunto de conhecimentos, habilidades, hábitos, modos valorativos e atitudinais de atuação social, organizados pedagógica e didaticamente, tendo em vista a assimilação ativa e aplicação pelos alunos na sua vida prática. Englobam, portanto: conceitos, ideias, fatos, processos, princípios, leis científicas, regras; habilidades cognitivas, modos de atividade, méto-

dos de compreensão e aplicação, hábitos de estudos, de trabalho e de convivência social; valores convicções, atitudes. São expressos nos programas oficiais, nos livros didáticos, nos planos de ensino e de aula, nas atitudes e convicções do professor, nos exercícios nos métodos e forma de organização do ensino. Podemos dizer que os conteúdos retratam a experiência social da humanidade no que se refere a conhecimentos e modos de ação, transformando-se em instrumentos pelos quais os alunos assimilam, compreendem e enfrentam as exigências teóricas e práticas da vida social. Constituem o objeto de mediação escolar no processo de ensino, no sentido de que a assimilação e compreensão dos conhecimentos e modos de ação se convertem em ideias sobre as propriedades e relações fundamentais da natureza e da sociedade, formando convicções e critérios de orientação das opções dos alunos frente às atividades teóricas e práticas postas pela vida social (1991, p.128-129).

Desta forma, os conteúdos de ensino junto com a metodologia são responsáveis pela produção e elaboração das aprendizagens e dos saberes na escola. Libâneo (1991) acrescenta que escolher os conteúdos de ensino não é tarefa fácil; por isso, quanto mais planejado, ordenado e esquematizado estiver mais os alunos entenderão a sua importância social; porém, a seleção e a organização dos conteúdos não se confundem com uma mera listagem.

Cabe ao professor selecionar e organizar o conteúdo devidamente planejado para atender às necessidades dos seus alunos. Conteúdos de ensino bem selecionados devem atender aos critérios de validade, flexibilidade, significação, possibilidade de elaboração pessoal; sem esses critérios, o professor corre o risco de escolher conteúdos sem relevância para seus alunos. Atendendo aos critérios, o conteúdo terá validade quando apresenta o caráter científico do conhecimento, e faz parte de um conhecimento que reflete os conceitos, ideias e métodos de uma ciência. O conteúdo será significativo quando expressar de forma coerente os objetivos sociais e pedagógicos da educação, atendendo à formação cultural e científica do aluno; eles não são rígidos, são flexíveis. O conteúdo de ensino está a serviço da aprendizagem dos alunos, e estes o utilizam para explicar a sua realidade. Todo conteúdo de ensino deve ser articulado com a experiência social do aluno. Para que haja a possibilidade de elaboração pessoal e o domínio efetivo do conteúdo, conhecimento, o ensino não pode se limitar à memorização e repetição de fórmulas e regras. Deve, fundamentalmente, possibilitar a compreensão teórica e prática através de conhecimentos e habilidades, obtidas na aula ou obtidas em situações concretas da vida cotidiana (LIBÂNEO, 1991).

Podemos considerar três fontes que o professor deve utilizar para selecionar os conteúdos de ensino e organizar suas aulas: a primeira é a programação oficial, na qual são fixados os conteúdos de cada matéria; a segunda são os próprios conhecimentos básicos das ciências transformados em matéria de ensino; a terceira são as exigências teóricas e práticas que emergem da experiência de vida dos alunos, tendo em vista o mundo do trabalho e a participação democrática na sociedade.

#### **Planejamento Educacional**

O Planejamento Educacional, de responsabilidade do estado, é o mais amplo, geral e abrangente. Tem a duração de 10 anos e prevê a estruturação e o funcionamento da totalidade do sistema educacional. Determina as diretrizes da política nacional de educação. Segundo Sant'anna (1986), o Planejamento Educacional "é um processo contínuo que se preocupa com o para onde ir e quais as maneiras adequadas para chegar lá, tendo em vista a situação presente e possibilidades futuras, para que o desenvolvimento da educação atenda tanto as necessidades do desenvolvimento da sociedade, quanto as do indivíduo." É um processo de abordagem

racional e científica dos problemas da educação, incluindo definição de prioridades e levando em conta a relação entre os diversos níveis do contexto educacional.

Segundo Coaracy (1972), os objetivos do Planejamento Educacional são:

1. relacionar o desenvolvimento do sistema educacional com o desenvolvimento econômico, social, político e cultural do país, em geral, e de cada comunidade, em particular;
2. estabelecer as condições necessárias para o aperfeiçoamento dos fatores que influem diretamente sobre a eficiência do sistema educacional (estrutura, administração, financiamento, pessoal, conteúdo, procedimentos e instrumentos);
3. alcançar maior coerência interna na determinação dos objetivos e nos meios mais adequados para atingi-los;
4. conciliar e aperfeiçoar a eficiência interna e externa do sistema.

É condição primordial do processo de planejamento integral da educação que, em nenhum caso, interesses pessoais ou de grupos possam desviá-lo de seus fins essenciais que vão contribuir para a dignificação do homem e para o desenvolvimento cultural, social e econômico do país.

O PNE - Plano Nacional de Educação é o resultado do Planejamento Educacional da União. O novo Plano Nacional de Educação para a próxima década (2011-2020) foi apresentado no dia 15 de dezembro de 2010, pelo ministro da Educação Fernando Haddad ao presidente Lula. O projeto de lei descreve, dentre outras coisas, as 20 metas para os próximos dez anos.

#### **Planejamento Escolar**

Mais um ano se inicia! Um bom Planejamento Escolar feito na primeira semana do ano letivo, certamente, evitará problemas futuros. Esse é o objetivo da Semana Pedagógica: reunir gestores, orientadores, supervisores, coordenadores e corpo docente para planejarem os próximos 200 dias letivos. É o momento de integrar os professores que estão chegando, colocando-os em contato com o jeito de trabalhar do grupo, e, claro, mostrar os dados da escola para todos os docentes, além de apresentar as informações sobre as turmas para as quais cada um vai lecionar.

Veja o que é importante planejar, discutir, elaborar e definir nessa primeira semana do ano:

1. as diretrizes quanto à organização e à administração da escola,
2. normas gerais de funcionamento da escola,
3. atividades coletivas do corpo docente,
4. o calendário escolar,
5. o período de avaliações,
6. o conselho de classe,
7. as atividades extraclasse,
8. o sistema de acompanhamento e aconselhamento dos alunos e o trabalho com os pais,
9. as metas da escola e os passos que precisam ser dados, durante o ano, para atingi-las,
10. os projetos realizados no ano anterior,
11. os novos projetos que serão desenvolvidos durante o ano,
12. os temas transversais que serão trabalhados e distribuídos nos meses,
13. revisar o PPP.

De acordo com uma pesquisa feita por Vasconcellos (2000), há a descrença na utilidade do planejamento. Ele aponta que alguns professores consideram impossível dar conta da tarefa por diferen-

tes motivos: o trabalho em sala de aula é dinâmico e imprevisível; faltam condições mínimas, como tempo; e existe o pensamento de que nada vai mudar e, portanto, basta repetir o que já tem sido feito. Há também aqueles que acreditam na importância do planejamento, mas não concordam com a maneira como é feito.

#### **Planejamento Curricular**

O Planejamento Curricular tem por objetivo orientar o trabalho do professor na prática pedagógica da sala de aula. Segundo Coll (2004), definir o currículo a ser desenvolvido em um ano letivo é uma das tarefas mais complexas da prática educativa e de todo o corpo pedagógico das instituições. De acordo com Sacristán (2000), “[...] planejar o currículo para seu desenvolvimento em práticas pedagógicas concretas não só exige ordenar seus componentes para serem aprendidos pelos alunos, mas também prever as próprias condições do ensino no contexto escolar ou fora dele. A função mais imediata que os professores devem realizar é a de planejar ou prever a prática do ensino.”

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados por equipes de especialistas ligadas ao Ministério da Educação (MEC), têm por objetivo estabelecer uma referência curricular e apoiar a revisão e/ou a elaboração da proposta curricular dos Estados ou das escolas integrantes dos sistemas de ensino. Os PCNs são, portanto, uma proposta do MEC para a eficiência da educação escolar brasileira. São referências a todas as escolas do país para que elas garantam aos estudantes uma educação básica de qualidade. Seu objetivo é garantir que crianças e jovens tenham acesso aos conhecimentos necessários para a integração na sociedade moderna como cidadãos conscientes, responsáveis e participantes.

Todavia, a escola não deve simplesmente executar o que é determinado nos PCNs, mas sim, interpretar e operacionalizar essas determinações, adaptando-as de acordo com os objetivos que quer alcançar, coerentes com a clientela e de forma que a aprendizagem seja favorecida. Portanto, o planejamento curricular segundo Turra et al. (1995), “[...] deve ser funcional. Deve promover não só a aprendizagem de conteúdo e habilidades específicas, mas também fornecer condições favoráveis à aplicação e integração desses conhecimentos. Isto é viável através da proposição de situações que favoreçam o desenvolvimento das capacidades do aluno para solucionar problemas, muitos dos quais comuns no seu dia-a-dia. A previsão global e sistemática de toda ação a ser desencadeada pela escola, em consonância com os objetivos educacionais, tendo por foco o aluno, constitui o planejamento curricular. Portanto, este nível de planejamento é relativo à escola. Através dele são estabelecidas as linhas-mestras que norteiam todo o trabalho[...].

#### **Planejamento de Ensino**

O Planejamento de Ensino é a especificação do planejamento curricular. É desenvolvido, basicamente, a partir da ação do professor e compete a ele definir os objetivos a serem alcançados, desde seu programa de trabalho até eventuais e necessárias mudanças de rumo. Cabe ao professor, também, definir os objetivos a serem alcançados, o conteúdo da matéria, as estratégias de ensino e de avaliação e agir de forma a obter um retorno de seus alunos no sentido de redirecionar sua matéria.

O Planejamento de Ensino não pode ser visto como uma atividade estanque. Segundo Turra et al. (1995), “[...] o professor que deseja realizar uma boa atuação docente sabe que deve participar, elaborar e organizar planos em diferentes níveis de complexidade para atender, em classe, seus alunos. Pelo envolvimento no processo ensino-aprendizagem, ele deve estimular a participação do aluno, a fim de que este possa, realmente, efetuar uma aprendi-

Essa educação consistia, pois, na transmissão de vivências e experiências fundamentais à sobrevivência do indivíduo e do grupo através das habilidades de caça e pesca, fuga de intempéries e proteção dos grandes animais. Ao mesmo tempo, aprendia-se também os usos e costumes, cantos, danças, rituais de adoração e, sobretudo, o uso da linguagem, que se constitui o principal instrumento educativo, de comunicação e de transmissão da cultura.

Inicialmente, pelo seu caráter nômade, as habilidades de caça e pesca e o vigor físico foram essencialmente importantes para que os povos antigos atingissem o próximo estágio na sua escalada evolutiva, a sedentarização. A vida sedentária exigiu o domínio de técnicas mais elaboradas que se concretizaram nas técnicas rudimentares da agricultura e domesticação de animais, absolutamente imprescindíveis à nova forma de organização social. Oliveira assinala que,

Em qualquer desses momentos, foi necessário o aprimoramento das habilidades físicas para a otimização de gestos e a construção de ferramentas que possibilitassem maior sucesso nas práticas de sobrevivência. A partir do instante em que o homem se sedentariza, podemos registrar o início da luta pela posse de terras.

Esses fatores (sedentarização e luta pela posse de terras) dão início a algo bastante interessante: os grupos humanos já estabelecidos em algum lugar e que, conseqüentemente, passaram a levar uma vida mais sedentária, começam a perder os embates para as hordas nômades possuidoras de maior resistência física.

Após inúmeras derrotas, os grupos sedentários passam a manter atividades físicas organizadas e constantes, cujo objetivo é a preparação para resistir aos novos possíveis ataques, estabelecendo, desse modo, o princípio desencadeador dos treinamentos físicos com finalidades específicas. Pode-se afirmar, então, que a Educação Física na Antiguidade (no sentido de que privilegiava tão somente o aspecto físico) pode ser entendida como uma preparação para os embates, com caráter predominantemente militar e guerreiro.

#### Da formação do atleta à formação do guerreiro

Além da educação espontânea que caracteriza os antigos habitantes da terra, existia nos povos da Antiguidade grega uma outra forma de educação: a educação dos efebos. Nesta forma de educação, os jovens eram submetidos a exercícios rigorosos longe de seus clãs. Essa espécie de ritual destinava-se a prepará-los adequadamente para as atividades guerreiras, incluindo exercícios diversificados, que pretendiam, sobretudo, disciplinar a alma, expulsar o demônio e promover a aquisição do caráter masculino próprio do guerreiro primitivo.

Sob a direção de um mago sacerdote ou de um ancião experimentado e distinto, essa iniciação era concluída com uma cerimônia de ordenação em que participam todos os membros da tribo. Era, assim, o início de uma educação profissional, embora não fosse ainda sistemática, intencional e em instituição especializada, ministrada por mestres também especializados.

A efebria ateniense, que nasceu com a finalidade de preparar para a guerra, torna-se escola também intelectual; o ginásio, destinado aos exercícios físicos a serem praticados nus, torna-se também (e depois sobretudo) lugar de exercitações culturais, e acolherá retores e filósofos. Os dois tipos de competição, as do corpo e as da mente andam juntas. Em seguida, paulatinamente, apesar de um período de euforia da ginástica entre os séculos II e III d. C., as exercitações intelectuais terão a prevalência e a antiga unidade entre físico e intelectual estará definitivamente perdida.

Para os filósofos gregos que procuravam explicar o homem de forma dual, corpo e mente, os exercícios físicos eram essencialmente importantes, tanto para a produção da beleza física, quanto para a formação do caráter. Essa visão de homem, apesar de privilegiar o intelecto baseava-se na comunhão do corpo e do espírito, daí a relevância atribuída pelos gregos às diversas modalidades de atividades físicas. A filosofia pedagógica que orienta a educação grega tem o mérito de não divorciar a intelectual da corporal.

A civilização grega deu início a um novo tempo na história da humanidade, descobriu-se o valor humano, a individualidade, começando, efetivamente, a história da Educação Física. Nesse momento, o aspecto "atividade física" constituía uma característica fundamental na vida cultural da Grécia em todos os seus momentos. A Educação Física na Antiguidade grega em sua fase heroico-cavalheiresca, representada pelos poemas homéricos, foi concebida para formar o atleta herói, conduzindo ao bom desempenho atlético da aristocracia guerreira, estando presente nesse processo conceitos como o aretê e agonístico. De um modo geral, pode-se conceituar a Educação Física grega como um conjunto de atividades com a finalidade de desenvolver a perfeição física e os valores morais, buscando a formação do indivíduo forte, saudável, belo e virtuoso.

Falar sobre a Educação Física conduz, necessariamente, às principais cidades-estado gregas, Atenas e Esparta, especialmente pelas particularidades de ambas com relação à educação. Enquanto a característica predominante na segunda foi a de um povo rude e inculto, cuja preparação física submete toda a população jovem a uma ordem cerrada de combate numa atmosfera efetivamente política, Atenas caminhou no sentido cívico.

Em Atenas, no século VI a. C. educava-se o jovem aristocrata. A preparação guerreira estava em segundo plano. A atividade física "ginástica" era uma iniciação para os desportos elegantes e a vitória desportiva. As conquistas nos jogos constituíam um dos mais altos valores da cidade.

Enquanto Atenas consolidou o Estado do Direito, Esparta optou pelo Estado do Dever, onde tudo girava em torno do interesse coletivo e os exercícios físicos tinham caráter predominantemente guerreiro. Esses exercícios conduziam os jovens a uma preparação militar, ao endurecimento do corpo e a disciplina cívica. A Educação Física para o povo ateniense estava voltada não apenas para o aspecto físico, mas também para a formação do caráter em que está reunida a educação moral e estética e passam a

*[...] compreender tanto o cultivo do corpo, a beleza física, com o sentido moral e social. Ambos os aspectos predominam aqui sobre o intelecto e o técnico. Os jogos e esportes, o canto e a poesia, são instrumentos essenciais dessa educação, de tipo ainda minoritário, embora com espírito cívico e, em certo sentido, democrático, por ser patrimônio de todos os homens livres.*

A decadência da civilização grega reflete-se em todos os setores da sua cultura e a dominação dos gregos pelos romanos marca o último momento na história da Grécia antiga, com a influência do helenismo em todo o mundo. Cresce o interesse pelo intelecto e uma sensível diminuição dos valores físicos e estéticos e também dos ideais humanistas, o que, no entendimento de Oliveira, "[...] significou o mais belo exemplo já inscrito na história da educação física." Começa a surgir a especialização e a profissionalização dos atletas contrariando os objetivos educacionais a que se propunham "[...] numa evidente traição aos princípios que haviam forjado a grandeza da civilização helênica".

Ao contrário dos gregos, os romanos realizavam suas manifestações culturais de modo eminentemente prático, ou seja, enquanto para os gregos a ginástica significava uma forma de se atingir a perfeição do corpo e o desenvolvimento dos valores morais, nos romanos era destinada a formar o protótipo de virilidade. Tinha como primeira finalidade a preparação para a conquista de novas terras contemplando o ideal expansionista que os caracterizava. Em Roma a Educação Física estava voltada, também, para os aspectos da higiene e da saúde corporal.

A compreensão de Educação Física para os romanos relacionava-se não mais com o aspecto humanista como faziam os gregos, mas com a preparação militar pura e simples, em um primeiro momento. Posteriormente, quando se inicia a decadência do Império Romano, outros elementos são introduzidos para formar novo conceito. Nesse momento ela é o meio através do qual são preparados, além do guerreiro conquistador, o gladiador hábil e resistente para vencer os combates sangrentos nas arenas e circos romanos.

Com o surgimento do cristianismo, passou-se a preconizar o abandono do corpo e os interesses centram-se na conquista da vida celestial, o que vem contribuir, decisivamente, para o enfraquecimento da austeridade dos romanos, fato esse que acabou por facilitar as invasões bárbaras. Expandindo-se rapidamente pelo Império, o cristianismo conseguiu a adesão de plebeus, mulheres e escravos, minando as bases do regime, uma vez que pregava o pacifismo monoteísta, negando o militarismo e a figura divina do Imperador.

O Imperador Teodósio oficializa o cristianismo em 373 d.C. na tentativa de criar uma nova base ideológica para o governo e divide o Império Romano em duas partes: o Império Romano do Oriente e o do Ocidente, este, após sucessivas invasões bárbaras é destruído em 476 d.C. Como consequência, acentuou-se o processo de descentralização econômica, dando origem ao feudalismo que marcaria decisivamente a Idade Média.

#### As destrezas físicas

A Idade Média tem início com a divisão do Império Romano em 395, erigiu como instituição suprema a Igreja, esta adotou uma visão de homem cuja existência estava inteiramente dedicada à vida celestial. O surgimento do cristianismo colocou novos rumos para a história ocidental e a educação centrou-se, sobretudo, no ascetismo, na vida emotiva e religiosa e no ensino de matérias abstratas, ficando os exercícios ginásticos relegados a um plano secundário. Entretanto, esclarece Luzuriaga, as cruzadas organizadas pela Igreja durante os séculos XI, XII e XIII exigiam, evidentemente, uma preparação militar e dentre as atividades físicas deste período destacam-se a esgrima e a equitação.

É interessante ressaltar a educação cavaleiresca que tomou corpo na Idade Média e que preconizava a formação do homem valoroso e cortês, honrado e fiel. Cultivava-se em grande medida as destrezas físicas e corporais, como o manejo do arco e da lança, corrida, equitação, esgrima, natação e caça. As habilidades mencionadas eram disputadas em competições e torneios nos quais se julgava o valor e as destrezas dos cavaleiros. A Educação Física desse período pode ser entendida como um conjunto de práticas, que tinha como objetivo o desenvolvimento de habilidades físicas específicas buscando a formação do indivíduo hábil, valoroso e cortês.

A Idade Média é denominada de “idade das trevas” principalmente pelo declínio cultural que se abateu sobre o mundo ocidental. No campo educacional subsistiu apenas as escolas e mosteiros da educação cristã primitiva, até o surgimento da Renascença. Inaugurou-se um novo olhar sobre o homem, passando a conceber o

corpo como algo livre do véu de sacralidade que o envolveu por toda a Idade Média. O corpo agora é objeto da ciência e a filosofia cartesiana contribuiu, em grande medida, para essa nova abordagem culminando com o dualismo psicofísico proposto por Descartes, em que o homem se constitui de duas substâncias distintas: a pensante (privilegiada), de natureza intelectual – o pensamento, e a extensa de natureza material – o corpo.

É interessante ressaltar que, ao longo da sua história, o homem possui formas diversificadas de conceber e tratar o próprio corpo, assim como são variadas as formas de agir corporalmente, revelando que suas relações com o mundo, corporais inclusive, é uma construção social resultante do processo histórico.

Nas sociedades estruturalmente mais simples o homem utiliza-se diretamente dos sentidos, da agilidade, da rapidez, enfim, da vivência corporal para sobreviver. Nessas sociedades pré-industriais valorizam-se as qualidades corporais em torneios e competições como também na vida militar e política.

#### Do bem-estar físico ao conceito atual de Educação Física

No Renascimento (século XV), com o acelerado progresso das ciências, a razão passou a se constituir o único conhecimento válido, estabelecendo para o corpo uma visão de objeto a ser controlado e disciplinado. Voltaram a povoar o universo humano, a individualidade, o espírito crítico e a liberdade do homem. Este é agora personagem principal, permitindo o desenvolvimento do antropocentrismo, contrário ao teocentrismo predominante na Idade Média. Dentre os vários pressupostos que caracterizaram este momento histórico, considera-se importante a vida física, corporal e estética, a exemplo da educação grega antiga.

O ideal de homem preconizado na Renascença compreende primeiramente os exercícios físicos e depois as letras e a erudição. As atividades físicas configuram-se em momentos importantes que subsidiam a educação intelectual e, nesse período, surgiram os jogos mentais, que posteriormente “[...] serão popularizados pelos jesuítas como estratégias educacionais, mudando um pouco as relações educacionais entre as crianças e os adultos”.

A Educação Física voltou a fazer parte das preocupações com o corpo e percebem-se tentativas no sentido de reintegrá-la aos planos educacionais. Intelectuais e pensadores como Da Vinci, Vittorino da Feltre, Mercuriale, Rabelais e Montaigne, entre outros, dedicaram-se a reflexões sobre a importância das atividades físicas e os exercícios ginásticos.

No panorama renascentista pode-se conceituar a Educação Física como um conjunto de atividades físicas que, por suas características peculiares, proporcionam o bem-estar físico e psicológico do indivíduo, buscando o seu desenvolvimento integral. O Renascimento descortinou o caminho através do qual a Educação Física, nos séculos seguintes, foi encontrar a compreensão das suas reais finalidades.

A reforma religiosa, que aconteceu no seio do movimento humanista da Renascença, orientou-se no sentido ético e religioso, social e popular, e buscou inspiração nos ensinamentos bíblicos, dando origem à educação pública. Enquanto a educação humanista era livre e espontânea, a reformada religiosa era mais severa e rigorosa. Diz-se da educação da reforma que “[...] esta supunha a leitura da bíblia e, portanto, a necessidade de ensinar todos a ler; daí seu interesse pelo ensino popular”. Uma das consequências mais marcantes da reforma religiosa foi a formação da educação pública, que surgiu em contraposição à eclesiástica.

A disseminação da reforma protestante na Europa, obriga a Igreja católica a iniciar o movimento chamado de Contra- Reforma, este, pretende, de certa forma, suprimir o espírito crítico da razão, submetendo a religião à autoridade eclesiástica, tendo à frente o